

A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo

Daniel Abreu de Azevedo

Universidade de Brasília.
Brasília, DF, Brasil.

E-mail: daniel.azevedo@unb.br

 0000-0001-5354-128X

e-204649

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 27 • nº 2 (2023)

ISSN 2179-0892

Como citar esse artigo:

AZEVEDO, D.A. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. **Geosp**, v. 27, n. 2, e-204649, maio/ago. 2023. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/204649>. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2023.204649>.pt.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo

Resumo

A atual difusão de *softwares* de georreferenciamento e novas técnicas estatísticas expandiram as possibilidades na geografia eleitoral. O artigo tem como objetivo analisar a produção desse campo, revelando lacunas na produção brasileira em comparação à produção anglófona. A metodologia utilizada foi a revisão narrativa de literatura a partir do protocolo SANRA, que sistematiza e revela possíveis caminhos de pesquisa. A pesquisa revelou que, dentre as três grandes temáticas da geografia eleitoral, há uma concentração de interesse distinta entre a produção nacional e estrangeira, sendo a primeira focada no efeito composicional e a segunda no efeito contextual. Além disso, apenas 4% da produção no Brasil é realizada por geógrafos e 14% em revistas especializadas em geografia. Por fim, sugere-se superar a suposta dicotomia entre efeito composicional e efeito contextual, posicionando ambas como campos ricos da geografia eleitoral.

Palavras-chave: geografia eleitoral, geografia do voto, efeito composicional, efeito contextual, revisão narrativa.

The need for electoral geography: the possibilities of the field

Abstract

The current diffusion of georeferencing software and new statistical techniques have expanded the possibilities in Electoral Geography. The article aims to analyze the production within it, revealing gaps in Brazilian production compared to English. The methodology used was the narrative literature review based on the SANRA protocol, which systematizes and reveals possible research paths. The research revealed that, among the three major themes of electoral geography, there is a distinct concentration of interest between national and foreign production, the first being focused on the compositional effect and the second on the contextual effect. In addition, only 4% of production in Brazil is carried out by geographers and 14% in magazines specialized in geography. Finally, it is suggested to overcome the supposed dichotomy between compositional effect and contextual effect, positioning both as rich fields of electoral geography.

Keywords: electoral geography, voting geography, compositional effect, contextual effect, narrative review.

La necesidad de la geografía electoral: las posibilidades del campo

Resumén

La difusión actual de software de georreferenciación y nuevas técnicas estadísticas han ampliado las posibilidades en geografía electoral. El artículo tiene como objetivo analizar la producción de este campo, revelando brechas en la producción brasileña en comparación con la anglófona. La metodología utilizada fue la revisión narrativa de literatura basada en el protocolo SANRA, que sistematiza y revela posibles caminos de investigación. La investigación reveló que, entre los tres grandes temas de la geografía electoral, existe una clara concentración de interés entre la producción nacional y la extranjera, centrándose la primera en el efecto compositivo y la segunda en el efecto contextual. Además, solo el 4% de la producción en Brasil es realizada por geógrafos y el 14% en revistas especializadas en geografía. Finalmente, se sugiere superar la supuesta dicotomía entre efecto compositivo y efecto contextual, posicionando a ambos como campos ricos de la geografía electoral.

Palabras clave: geografía electoral, geografía del voto, efecto composicional, efecto contextual, revisión narrativa.

Introdução

A cada dois anos no Brasil, uma profusão de mapas coloridos toma conta dos canais de televisão, jornais e se multiplicam nas redes sociais, sendo utilizados para interessantes análises e debates acalorados. Atualmente, há várias páginas virtuais que produzem em tempo real mapas eleitorais de diferentes escalas políticas brasileiras. No site do *Estado*¹, por exemplo, pode-se escolher o ano da eleição, o cargo eletivo, a unidade federativa, o turno e, até mesmo, a unidade geográfica (zona eleitoral ou município). Em menos de um minuto, o mapa é produzido e o voto espacializado. Segundo a página, teríamos, portanto, uma “geografia do voto”.

É possível dizer que o mundo imagético onde vivemos deu novo fôlego às discussões da geografia eleitoral, abrindo um fértil campo de atuação para geógrafos que se interessam pela espacialidade do voto. A “neogeografia” (SHIN, 2015), isto é, essa geografia que emergiu da difusão de *softwares* e usuários do Sistema de Informação Geográfica (SIG) no mundo, gera

¹ <https://arte.estadao.com.br/politica/eleicoes/geografia-do-voto/>. Acessado dia 19 de julho de 2022.

curiosidade e levanta mais questões sobre o fenômeno, ampliando, assim, a necessidade de reflexão e a presença de geógrafos nessa discussão.

O objetivo central deste artigo é, através de uma metodologia de revisão narrativa de literatura, analisar a produção nacional e internacional em geografia eleitoral, revelando características e lacunas existentes na produção brasileira. Com isso, busca-se produzir um texto que sirva de base para alunos de graduação e pós-graduação que desejam compreender melhor o campo, suas potencialidades e seus desafios. Este artigo vem de uma demanda que senti ao longo dos anos ministrando essa disciplina ou correlatas na Universidade de Brasília, já que é difícil encontrar um texto em português que reúna os principais problemas da geografia eleitoral, ao mesmo tempo em que aponte casos concretos e contemporâneos que explorem o campo.

Assim, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, exponho os procedimentos metodológicos da pesquisa aqui desenvolvida, para, em seguida, posicionar o campo dentro da geografia acadêmica a partir de obras clássicas. Em seguida, dividirei a geografia eleitoral em dois grandes temas de pesquisa: a geografia da representação e a geografia do voto. Dentro deste último, separo em duas subseções: (a) o espaço geográfico enquanto composição e o uso político dos mapas eleitorais; e (b) o espaço enquanto efeito contextual, junto ao seu uso estratégico por candidatos e partidos. Vale destacar que a geografia eleitoral é, essencialmente, um campo que demanda muitas imagens, gráficos e tabelas, o que produz um artigo geralmente muito maior do que aceitam algumas revistas brasileiras. Assim, selecionei apenas as realmente necessárias para o argumento apresentado, deixando como referências e indicações outros produtos imagéticos importantes. O artigo busca demonstrar a riqueza do campo e a urgente necessidade da entrada de geógrafos brasileiros nos estudos sobre a espacialidade do voto.

Metodologia

A metodologia selecionada foi a revisão narrativa (APA, 2020),² que analisa as produções bibliográficas em “descrevem tendências da temática estudada, informam seu estado da arte, identificam relações, contradições e lacunas, além de sugerirem direções futuras para o estudo” (AZEVEDO; URIAS; OLIVEIRA, 2023, p. 68). Diferentemente de um levantamento bibliográfico, uma revisão de literatura busca artigos de modo sistemático, sem selecionar autores previamente. Além disso, a busca é restrita a artigos em revistas qualificadas, não livros, capítulos e dissertações/teses. Essa metodologia nos auxiliará a traçar o panorama atual e apontar importantes caminhos futuros.

Em primeiro momento, os principais manuais de geografia política foram consultados para posicionar o campo dentro da já conhecida compartimentação dos períodos históricos da ciência geográfica. Em seguida, para analisar a produção sobre geografia eleitoral nacional, utilizou-se a base de dados da SciELO, utilizando o termo booleano “or” em (“geografia eleitoral” OR

2 A escolha por uma revisão narrativa e não, por exemplo, uma revisão sistemática ou *scoping review*, se dá pela amplitude das buscas. Não buscamos, neste artigo, uma revisão sobre uma questão de pesquisa específica, mas sim sobre uma área de conhecimento que possui uma grande diversidade teórica. O artigo foi estruturado a partir do protocolo SANRA (BAETHGE; GOLDBECK-WOOD; MERTENS, 2019).

“geografia do voto”) 16 artigos. Em seguida, foram descartados os artigos que, após análise do resumo, não correspondiam de fato à geografia eleitoral (n=2) e artigos que, após avaliação do texto completo, não interessavam nessa discussão (n=2), totalizando 12 artigos. Foi utilizada outra base de dados, a Redalyc, para expandir as buscas em periódicos brasileiros. No total, foram encontrados 57 artigos. Subtraímos aqueles já selecionados na base SciELO (n=16) e aqueles que não correspondiam diretamente ao tema (n=30), totalizando 19 artigos. Ao final, três artigos foram excluídos por não terem sido publicados em revistas brasileiras (1 na *Revista Política, Globalidad y Ciudadania* e 2 na *Revista America Latina Hoy*)³. A base para análise consta, ao final, com 23 artigos.

Para avaliar a produção em língua estrangeira, foram analisados os volumes publicados a partir de 2010 da revista *Political Geography*, reconhecidamente aquela na qual a maior quantidade de trabalhos desse tema é publicada (LEIB; QUINTON, 2011). Foram encontrados 31 artigos, a partir dos mesmos termos booleanos em inglês. A revisão permitiu classificar os temas dos artigos em categorias, percebendo avanços e lacunas na produção brasileira, especialmente em comparação com a literatura internacional. Aqueles citados diretamente foram os selecionados por melhor representarem os argumentos apresentados. Por fim, apesar de a revisão narrativa ter sido a base deste artigo, quando necessário, outras obras foram citadas para oferecer uma base bibliográfica ainda mais ampla.

A geografia eleitoral – um campo da ciência geográfica

Em primeiro momento, é possível definir a geografia eleitoral como o campo que busca a interação entre processos eleitorais e espaço/lugar, possibilitando entender como a organização do espaço pode influenciar as decisões dos eleitores e de que modo os candidatos manipulam o espaço para induzir resultados das eleições (BARNETT; MURRAY, 2004). No entanto, precisamos, antes, posicioná-la no interior da geografia política e em seus respectivos desdobramentos históricos.

O trabalho de André Siegfried (2010 [1913]), *Tableau politique de la France de l'Ouest*, é, em geral, considerado como o pioneiro da geografia eleitoral. Mapeando o voto da França no final do século XIX, ele notou que havia um padrão espacial muito claro entre o norte e o sul do país. A famosa frase do autor repetida, por todos os professores de geografia eleitoral, “o granito vota à direita e o calcário à esquerda”, conduziu, muitas vezes, ao enquadramento do autor como “determinista”. Para o autor, entretanto, o solo granítico condicionava a formação de grandes propriedades, enquanto o calcário fomentava a pequena propriedade e o aumento da urbanização. Segundo Siegfried, sociedades baseadas nesses tipos diferentes de estrutura fundiária votariam de modo oposto. Sendo uma obra quase única naquele momento, a geografia eleitoral não se tornou um campo profícuo na geografia política.

Houve um crescimento somente a partir de 1950, apesar de não ser ainda um tema muito valorizado e sem grandes conexões entre ciência política e geografia política (MUIR,

3 Caso haja interesse em verificar esses artigos, consultar Victorino e Souza (2016), Rodrigues, Terron e Sonnleitner (2017) e Cervi (2017).

1975). Já não mais relacionando a atributos físico-ambientais, o foco continuou sendo o método cartográfico, isto é, a produção de mapas dos resultados eleitorais e sua comparação a partir de distintas informações socioeconômicas, como podemos ver em Prescott (1972). Essa tradição foi amplamente criticada, especialmente por seu suposto empirismo exagerado. Woolstencroft (1980) afirmou, por exemplo, que o método cartográfico tinha um caráter estático e impreciso, além de um baixo potencial explicativo.

É, porém, com a revolução teórico-quantitativa que o tema atinge seu maior prestígio dentro da geografia política. Como afirmam Pattie e Johnson (2009): “como consequência, os métodos quantitativos dominam a análise na geografia eleitoral” (PATTI; JOHNSON, 2009, p. 418). A corrente denominada como *análise espacial* é aquela predominante na história do campo no século XX, e aspectos como distância, forma, direção e posição tornaram a geometria e o movimento a essência da geografia (PATTISON, 2007), fomentando discussões teóricas, como o efeito vizinhança, que abordarei mais adiante. É, portanto, no paradigma teórico-quantitativo que a geografia eleitoral ganhou mais força e segue sendo a base das pesquisas publicadas internacionalmente e, talvez, uma das razões para sua marginalização na geografia brasileira.

Na década de 1960 e 1970, o grande impacto na agenda da disciplina do teorias sociais críticas, cuja influência é até hoje predominante na América Latina, teve pouca influência nas análises eleitorais (WARF; LEIB, 2011). Em geral, era acusada de, ao mesmo tempo, ser positivista, fortalecer o *status quo*, ter um apego exagerado por dados estatísticos e ser altamente empirista, sem desenvolver teorias sociais de grande apelo (JOHNSTON, 2002).

A obra de Flint e Taylor (1980) pode ser considerada aquela de maior impacto da corrente crítica na geografia eleitoral, especialmente por trazer a discussão de economia-mundo de Immanuel Wallerstein para a análise do voto. Em um evidente produto do estruturalismo marxista e de uma perspectiva hierárquica de escala (AZEVEDO, 2020), os autores afirmam que o voto precisaria ser visto dentro de um modelo de democracia liberal e, por essa razão, posicionam a geografia eleitoral como uma geografia do suporte (*geography of support*), isto é, um ramo que serviria para manutenção do *status quo*, sem questionar o suposto papel transformador das eleições em um sistema-mundo capitalista. Como consequência, Flint e Taylor defendem que os geógrafos deveriam pensar as eleições dentro da estrutura do sistema-mundo capitalista, revelando que os supostos benefícios da democracia liberal nunca seriam plenamente transferidos para a periferia. Poucos trabalhos em geografia eleitoral são frutos dessa influência, como o de Duncan (1991), sobre geografia do suporte nas eleições em Fiji, e o texto de Flint (2001), o qual explica a ascensão do partido nazista na Alemanha.

Por fim, a renovação pós-estruturalista trouxe poucas mas boas contribuições oriundas da perspectiva feminista e das discussões identitárias. Interessante notar o rumo que a geografia eleitoral tomou com as discussões relacionadas ao poder, à diferença e à contingência: a temática se expandiu, mas a partir da perspectiva já amplamente conhecida (e criticada) da análise espacial. O descarte de metodologias quantitativas é uma marca da virada pós-estruturalista, porém não na geografia eleitoral (RASMUSSEN, 2006). Assim, métodos considerados positivistas são utilizados para analisar múltiplas fontes de poder e questões identitárias, típicas de correntes pós-estruturalistas.

Hoje, as potencialidades da geografia eleitoral aumentaram consideravelmente devido a três pontos principais: (a) o crescimento da base de dados eleitorais de diferentes países, especialmente no Brasil com a qualidade e difusão dos dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Portal da Transparência; (b) o avanço nas tecnologias de georreferenciamento, com *softwares* gratuitos e de mais fácil manuseio; e (c) as novas técnicas de metodologia quantitativa, que permitem análises mais acuradas sobre a relação espaço e voto, para além do método cartográfico (CARVALHO; DOS SANTOS, 2015). Esse avanço técnico veio acompanhado de um importante aprofundamento teórico, especialmente com influências teóricas da ciência política, o que afastou a geografia eleitoral de um empirismo simplista. A aproximação da geografia política (e eleitoral) com uma base teórica neoinstitucionalista (BRENNETOT, 2021), além de sua blindagem anormal dentro da ciência geográfica em relação às correntes críticas, tornou atualmente esse campo fértil para estudos eleitorais. Seus avanços contemporâneos serão delineados nas seções seguintes.

A geografia da representação política

Estudos que lidam com a geografia da representação política analisam de que modo o voto depositado na urna se transforma em uma cadeira de representante, levando em consideração que os sistemas eleitorais variam muito nas democracias representativas. Apesar de fugir do escopo desse artigo a discussão sobre sistemas eleitorais, como as suas origens, diferenças, virtudes e vícios já apontados ao longo do debate político sobre o modelo majoritário e o modelo proporcional (Cf. NICOLAU, 2004), cabe corroborar a ideia de que esses sistemas são (ou deveriam ser) pensados geograficamente. Por essa razão, há autores que acreditam que esse é o campo mais promissor da geografia eleitoral (FOREST, 2018).

Definir as regras eleitorais pressupõe considerar as diversidades (e desigualdades) existentes dentro do território nacional. Além disso, sempre é importante reafirmar que são regras que podem ser alteradas a qualquer momento, o que nos obriga a avaliar constantemente suas qualidades e problemas. Nos últimos anos, houve tentativas de mudanças no sistema eleitoral brasileiro (NICOLAU, 2017), como, por exemplo, a proposta mais recente no Senado para a criação do voto distrital misto⁴.

Em geral, pesquisas sobre geografia da representação política são mais frutíferas em sistemas eleitorais majoritários – não à toa, é o tema mais discutido dentro da geografia eleitoral estadunidense, especialmente com a prática conhecida de *gerrymandering*⁵. Foge dos objetivos deste artigo essa discussão, especialmente porque há uma grande produção sobre esse tema e não possui rebatimento no sistema eleitoral proporcional brasileiro (Cf. CERVAS; GROFMAN, 2020).

4 Em 2017, o voto distrital misto foi aprovado no Plenário do Senado nas eleições proporcionais. A proposta está atualmente parada na Câmara dos Deputados Federais. Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2163674>.

5 Em resumo, “*gerrymandering*” é o processo de desenho dos distritos eleitorais em cada Estado com base nas alterações demográficas que ocorrem, em geral, a cada 10 anos nos Estados Unidos.

Isso não quer dizer, entretanto, que não haja uma geografia da representação política no Brasil que precise ser revelada e analisada. No sentido formal, cada Estado brasileiro tem direito de eleger uma quantidade específica de representantes segundo a sua respectiva quantidade de população, tendo a Constituição fixado o mínimo de oito congressistas para os menos populosos (Acre, Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins) e máximo de 70 para o mais populoso (São Paulo). Assim, apesar de não ter voto distrital tal qual os Estados Unidos, os deputados ainda assim possuem base territorial.

Há, portanto, no Brasil, o que a literatura denomina como “sobre-representação e sub-representação” representativa ou, ainda, *malapportionment* (SHIN, 2015), isto é, quando há uma discrepância entre o número de eleitores e a quantidade possível de representantes. O trabalho de Castro (2007) na geografia revela a sobre-representação de Estados, especialmente Roraima, e sub-representação do Estado de São Paulo. Em outras palavras, há mais representantes por habitantes nesse Estado do Norte, com a menor população do país, do que naquele de mais de 40 milhões de pessoas.

Enquanto uns apontam que essa característica do nosso sistema eleitoral daria mais voz à periferia (CASTRO, 2007), outros afirmam que os grotões da política brasileira teriam mais força no Congresso, o que fomentaria práticas mais viciosas do nosso sistema (CARVALHO, 2009). A discussão sobre sobre-representação e sub-representação surge a cada processo eleitoral, com profundas implicações teórico-filosóficas e na produção de políticas públicas, abrindo grandes possibilidades de pesquisa em diferentes escalas. Como apontam Arrington e Ingalls (1998), esse ramo de pesquisa tem a ver com a legitimidade da democracia representativa, debate sempre importante de ser realizado.

Na revisão de literatura realizada, apenas os trabalhos de Carvalho (2009) e Rocha (2021) se encaixam nessa temática, o que demonstra as oportunidades no campo. A pesquisa deste último corrobora os achados realizados pelo primeiro autor 12 anos antes, já que também concorda com a sub-representação das regiões metropolitanas no Legislativo estadual, tendo Belo Horizonte (RMBH) como estudo de caso. Para ele, essa pode ser uma razão pela qual há poucas políticas e projetos de caráter metropolitano.

Outro importante campo de pesquisa – e aquela que mais trabalhos foram encontrados na revisão – na geografia da representação é a clássica discussão sobre conexão eleitoral, desenvolvida em 1974 por Mayhew para analisar a atuação parlamentar nos EUA (MAYHEW, 1974). A teoria afirma que o comportamento dos parlamentares possui uma relação direta com o padrão geográfico de votação e com as características da trajetória de cada deputado. Apesar de ter sido pensada para sistemas majoritários, a obra de Ames (2001) demonstra que esse fenômeno também pode ser visto em nosso sistema eleitoral, com a produção de uma *distritalização informal*. Por termos um sistema de lista aberta com intensa fragmentação partidária, haveria incentivo para disputas intrapartidárias. Além disso, como nossos distritos eleitorais são os Estados inteiros, com grande área territorial e populacional, a campanha política se tornaria muito onerosa, o que forçaria os candidatos a concentrarem seus esforços em locais específicos.

Ames (2001) apresentou essa ideia a partir de uma tipologia com quatro padrões espaciais do voto que se tornou a mais debatida e utilizada em pesquisas em geografia eleitoral no Brasil: concentrada-dominante, concentrada-compartilhada, fragmentada-dominante e fragmentada-compartilhada. Cada tipo estaria relacionado a certas características socioespaciais – áreas urbanas, metropolitanas, rurais, de alta densidade etc. Esse trabalho foi, posteriormente, corroborado e ampliado por Carvalho (2003), cuja obra demonstrou que os deputados, depois de eleitos, tendem a se comportar segundo seu padrão espacial eleitoral. Em resumo, deputados com votação dominante tenderiam, por exemplo, a ter uma atuação paroquialista, com ações no Congresso voltadas para seu distrito informal (política *pork barrel*), enquanto aqueles de votação compartilhada possuiriam perfil mais temático-corporativo.

Tanto o trabalho de Ames (2001) quanto o de Carvalho (2003) são importantes porque abrem um leque inesgotável de pesquisas em geografia eleitoral, visto que centralizam a importância do espaço geográfico para compreender como candidatos viram representantes e, em seguida, molda seu comportamento parlamentar. Rocha (2021), por exemplo, aponta que, diferentemente do que os autores disseram para candidatos oriundos de regiões metropolitanas, haveria uma diferenciação interna entre políticos da capital (com votação compartilhada, corroborando a ideia dos autores) e aqueles que viriam dos municípios metropolitanos periféricos (com votação concentrada, o que a parcialmente refutaria).

A geografia da representação política permite entender nosso sistema eleitoral, suas virtudes e seus vícios, para, inclusive, propor mudanças. Na revisão realizada, isso é feito uma única vez por Amorim Neto, Cortez e Pessoa (2011). Após apontar as dificuldades produzidas por nosso sistema eleitoral, os autores propõem manter o sistema proporcional de lista aberta, mas diminuem a magnitude média das circunscrições eleitorais e criam uma regra proporcional de distribuição de cadeiras entre partidos coligados.

As obras selecionadas demonstram que a representação política possui um caráter intrinsecamente espacial, seja na formulação dos próprios sistemas eleitorais, seja na atuação de candidatos e eleitos. A transformação, portanto, de um voto em representante possui meandros geográficos importantes de serem revelados e analisados.

A geografia do voto

Um dos grandes interesses das ciências sociais é entender o que motiva alguém a sair de casa quando seu voto é diluído em milhões, tendo pouco efeito direto no resultado, e o que faz com que alguém escolha um candidato/partido e não outro. O debate sobre o papel do espaço geográfico nesse fenômeno ganhou novos contornos na polêmica publicação de King (1996) na *Political Geography*, que gerou diferentes artigos de geógrafos em resposta (Cf. AGNEW, 1996). O autor afirmou que, quando retiradas as características sociais (classe, raça, gênero etc.), a geografia seria apenas um palco, sem fator explicativo. As respostas à polêmica defendiam que o espaço geográfico, ao contrário, condicionaria o comportamento eleitoral. Em outras palavras, para o primeiro grupo, os lugares votam diferente devido ao tipo de pessoa que ali vive (efeito composicional), enquanto, para o segundo, o voto se explica pelo tipo de lugar onde as pessoas

se encontram (efeito contextual). O espaço enquanto efeito composicional e enquanto efeito contextual foram colocados, em geral, em oposição.

A revisão narrativa realizada serviu para eliminar a dicotomia dessa discussão. A pesquisa demonstrou que, enquanto na literatura brasileira a produção está concentrada no efeito composicional do espaço, na estrangeira há um avanço importante na discussão da geografia eleitoral enquanto contexto. A falta de pesquisas tendo o espaço geográfico como condicionante dos processos eleitorais é, argumento, fruto da falta de geógrafos brasileiros nesse campo, já que o efeito composicional é analisado, no país, por cientistas políticos, economistas e administradores (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção acadêmica em Geografia Eleitoral

	Efeito composicional	Efeito contextual	Geografia da representação política	Periódico de geografia
SciELO e Redalyc (português, n=23)	Avelar e Walter (2008); Soares e Terron (2008); Terron e Soares (2010); Zolnerkevic e Raffo (2013); Carvalho e Santos (2015); Matos <i>et al.</i> (2015); Sanches (2015); Amaral e Ribeiro (2015); Maciel e Ventura (2017); Faganello e Fernandes (2018); Fernandes e Fernandes (2019); Junckes <i>et al.</i> (2021); Madeira, Silva e Malheiros (2021); Silva, Santos e Silva (2022).	Kerbauy (2011); Meneguello e Bizzarro Neto (2012); Marzagão (2013); Silva e Silotto (2018); Silotto (2019); Zolnerkevic (2019); Simoni Júnior (2021);	Carvalho (2009); Amorim Neto, Cortez e Pessoa (2011); Borges, Paula e Silva (2016); Rocha (2021).	<i>Cuadernos de Geografia</i> (1) <i>Metrópolis</i> (3) <i>Geosp</i> (1)
Produção anglófona (n=31)	Antonsich e Jones (2010); Webster e Quinton (2010); Sharp <i>et al.</i> (2014); Scala, Johnson e Rogers (2015); Furlong (2019).	Gimpel <i>et al.</i> (2008); Robinson e Noriega (2010); Gimpel, Lee e Thorpe (2011); Arzheimer e Evans (2012); Górecki e Marsh (2014); Gimpel e Hui (2015); Johnston <i>et al.</i> (2016); Voda <i>et al.</i> (2017); Vallbé e Ferran (2017); Evans <i>et al.</i> (2017); Lappie e Marschall (2018); Noord, Joster e Wall (2018); Rohla <i>et al.</i> (2018); Carlson e Gimpel (2019); Audemard e Gouard (2020); Put <i>et al.</i> (2020); Munis (2021); Iglesias-Pascual, Paloma e Benitez (2021).	Forest (2013); Collyer (2014); Magar <i>et al.</i> (2017); Kang (2018); Çarkoglu e Aksen (2019); Cervas e Grofman (2020); Worthen (2021).	<i>Political Geography</i>

Organização: do autor.

A Tabela 1 revela que, da revisão de literatura realizada na SciELO e na Redalyc, apenas cinco artigos (14%) foram publicados em revistas explicitamente de geografia. Usando as informações cedidas nos próprios artigos e checadas na Plataforma Lattes, apenas dois autores (4%) eram geógrafos. É evidente, portanto, a marginalização da geografia eleitoral entre os geógrafos brasileiros.

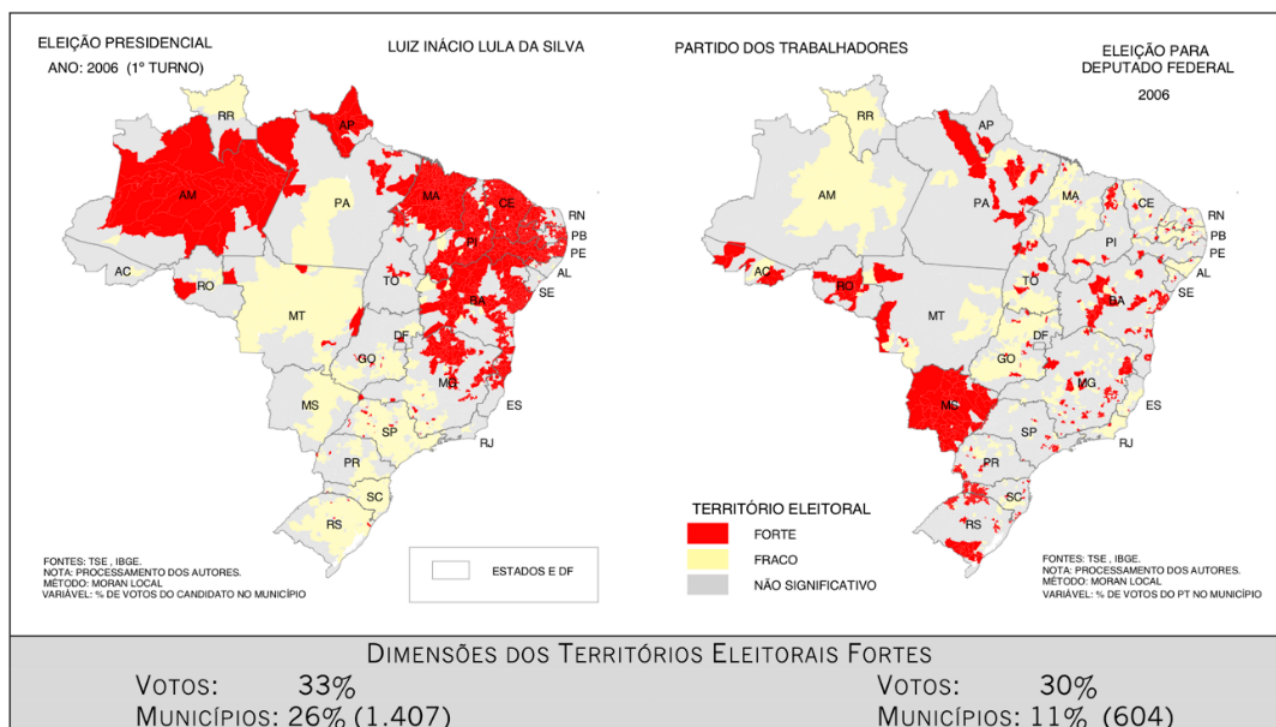
Além de uma produção mais considerável entre outros profissionais, o enfoque está altamente concentrado em seu efeito composicional, o que aqui denominamos como geografia eleitoral *fraca*, enquanto qualificamos o contextual como *forte*. Os adjetivos “fraca” e “forte” não são hierárquicos, mas posicionam o espaço geográfico, respectivamente, como efeito de correlação ou de causalidade. No primeiro caso, a cartografia do voto em suas múltiplas escalas e técnicas geoestatísticas nos revela dinâmicas importantes dos ciclos eleitorais, tornando-se fundamentais para levantar questões e compreender padrões revelados. Já a geografia eleitoral “forte” busca compreender o espaço geográfico como um elemento explicativo do fenômeno, em uma relação de possível causalidade. Nesse sentido, a diferença entre efeito composicional e contextual não restringe a possibilidade de atuação do geógrafo nesse campo, pelo contrário, permite a construção do olhar geográfico de múltiplos modos, por meio, inclusive, da necessária ponte entre diferentes ciências humanas. A “força” explicativa espacial será analisada dependendo da pergunta e do interesse de pesquisa.

O espaço geográfico enquanto composição e o uso político dos mapas eleitorais

Ao observarmos os mapas que destacaremos nessa seção, chama atenção ao observador certos padrões espaciais. Geógrafos são treinados para perceber a representação espacial de um fenômeno como um modo de suscitar questões e inferir respostas por meio de possíveis correlações a partir de clivagens e conhecimentos socioespaciais prévios (SHIN, 2015). Reforça-se a importância de técnicas de georreferenciamento e métodos estatísticos destinados à detecção de padrões espaciais, como o difundido índice de Moran (LUZARDO; CASTAÑEDA FILHO; RUBIM, 2017). Como consequência, podemos ver um mapa como uma imagem, um quadro geográfico (GOMES, 2020), isto é, um artefato visual que colabora para a construção de um raciocínio geográfico e, conseqüentemente, funciona como instrumentos tanto de percepção como de compreensão do mundo.

É o mapeamento e a correlação estatística espacial que permitiram refletir sobre o divórcio entre os eleitores de Lula/Dilma e os eleitores do PT (TERRON; SOARES, 2010; MARZAGAO, 2013) – pesquisas que confirmam e analisam o fenômeno do “lulismo” nas eleições brasileiras. A Figura 1 revela que os territórios eleitorais de Lula não coincidem com o do partido, algo corroborado também nas eleições de 2014, de Dilma Rousseff, o que fez com que Matos *et al.* (2015) afirmassem ter sido esta, na realidade, uma terceira eleição de Lula.

Figura 1 – Divórcio entre eleitores de Lula e do Partido dos Trabalhadores.

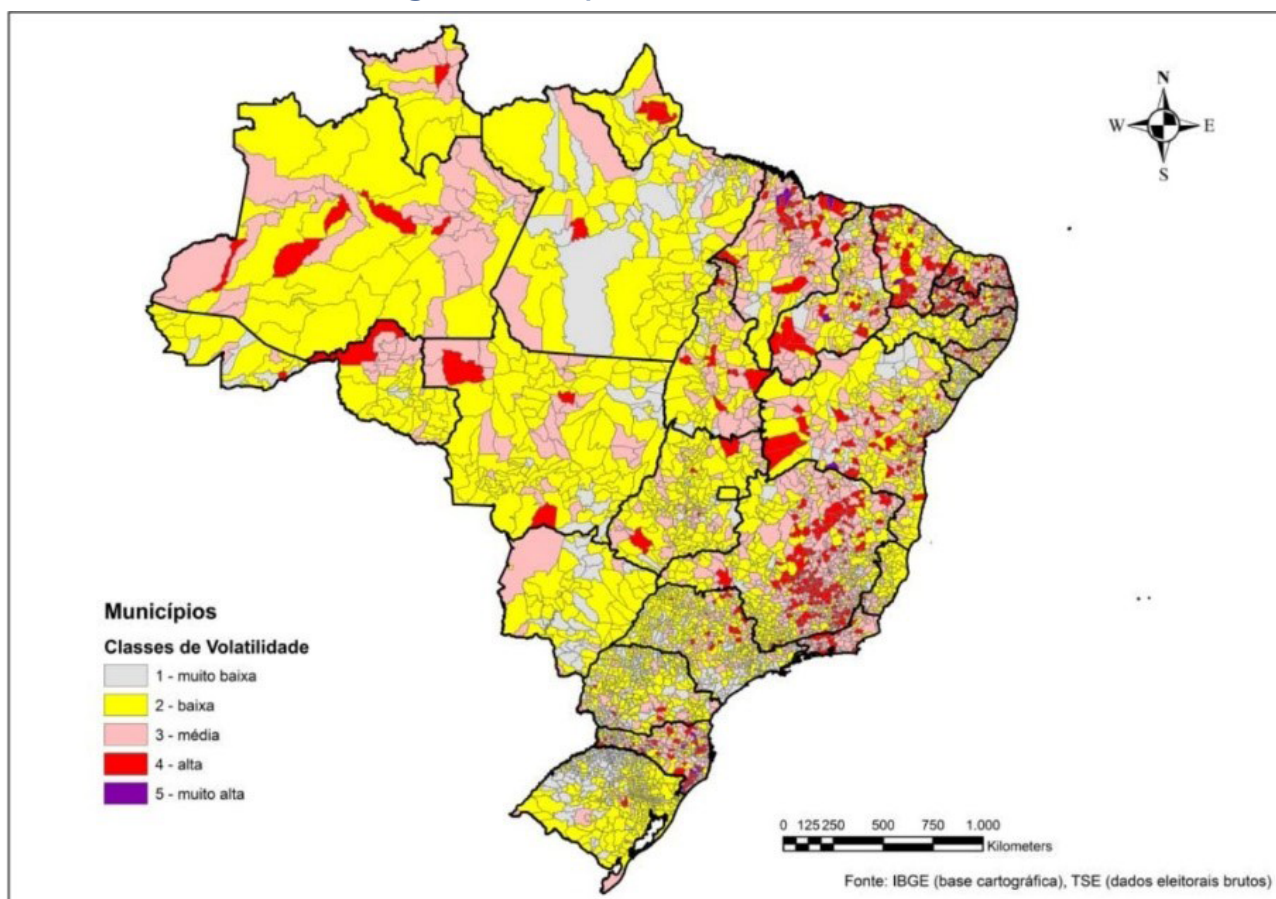


Fonte: Terron e Soares, 2010.

Os dois cientistas políticos utilizaram, portanto, uma representação espacial (fruto de georreferenciamento e técnicas estatísticas) e uma importante base conceitual da geografia (território) para revelar um dado pouco conhecido pela população brasileira. Esse trabalho negou, portanto, um padrão espacial consolidado no PT desde a redemocratização, revelando que regiões hoje consideradas pelo senso comum como seu território – como o Nordeste – tiveram uma mudança espaço-temporal bem definida. Além disso, mapas diversos e regressão estatística comprovam que essa mudança estaria amplamente vinculada aos municípios que mais receberam repasses do programa Bolsa Família (TERRON; SOARES, 2010). Avelar e Walter (2008) confirmam que, até 2004, os votos do PT eram concentrados nos municípios com maior IDH, enquanto o antigo PFL (atual Democratas), nos municípios mais pobres, e o PMDB em nível socioeconômico médio. O PT tinha uma alta correlação com as cidades grandes, enquanto os partidos de direita e centro estavam distribuídos de modo mais equilibrado segundo o porte dos municípios.

O mapeamento do voto permite, inclusive, identificarmos quais municípios possuem uma maior ou menor volatilidade eleitoral, isto é, a taxa de votos dos eleitores que mudaram de opção eleitoral de um pleito para outro. Em um dos poucos trabalhos publicados em revista de geografia, Zolnerkevic e Raffo (2013) utilizam da discussão conceitual desenvolvida por cientistas políticos sobre blocos de partidos agrupados por parâmetro semelhante (ideologia, por exemplo) e constroem um interessante mapeamento no Brasil (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de volatilidade eleitoral.



Fonte: Zolnerkevic e Raffo (2013).

Baseado em premissas teórico-conceituais oriundas de outras disciplinas, os autores afirmaram, ainda, que haveria uma forte correlação entre maior volatilidade eleitoral e municípios com alta porcentagem de população rural.

Esses trabalhos selecionados servem como interessantes exemplos de como a geografia eleitoral enquanto efeito composicional pode ajudar na compreensão das dinâmicas políticas no Brasil. A revisão narrativa realizada aponta que há um predomínio da escala nacional nas análises eleitorais (83%). É escassa a produção em escala estadual (ver, como exceção, CARVALHO; SANTOS, 2015) e, especialmente, na municipal – lacunas que urgem serem supridas. Nesta escala, apenas uma pesquisa se destaca (SILVA; SANTOS; SILVA, 2022).

Por fim, vale destacar outro campo de pesquisa que se encontra em aberto no Brasil, mas há interessantes produções estrangeiras: os usos políticos dos mapas eleitorais, inclusive na construção de imaginários e (re)produção de preconceitos geográficos. Reportagem da Folha de São Paulo aponta como nordestinos foram alvo, através de imagens de mapas, de preconceito após o primeiro turno das eleições de 2014, inclusive com postagens de políticos eleitos.⁶

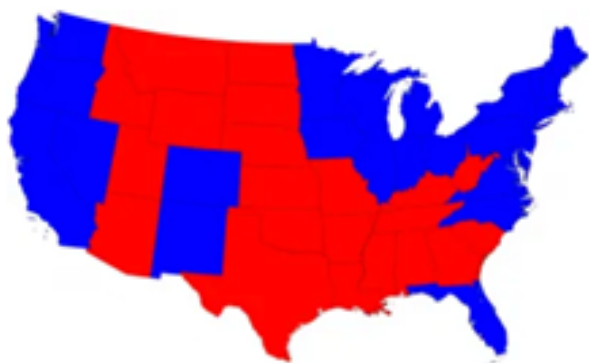
⁶ <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2018/10/07/apos-primeiro-turno-nordestinos-sao-alvos-de-preconceito-mais-uma-vez/>. Acessado dia 10 de setembro de 2022.

A bagagem teórico-conceitual da geografia pode ajudar a entender como imaginários geográficos são construções históricas que possuem evidente rebatimento nas práticas sociais, até mesmo em políticas públicas (CASTRO, 1997). Compreender o impacto dessas reproduções cartográficas nas relações sociopolíticas, revelar as incongruências históricas e escalares dos mapas e, até mesmo, questionar o tipo de técnica utilizada podem ser temas importantes para os geógrafos. No Brasil, o único artigo encontrado que coloca em xeque a técnica coroplética para a geografia eleitoral foi produzido por cientistas políticos e vale nossa atenção (JUNCKES *et al.*, 2021).

Os autores apontam como áreas de reduzida extensão, mas com alta densidade populacional ou eleitoral, quase desaparecem do mapa. Como no exemplo trazido por eles (JUNCKES *et al.*, 2021), o mapeamento do voto em escala nacional destaca, aos olhos mais leigos, municípios grandes territorialmente (como Altamira, no Estado do Pará), mas pequenos demograficamente, enquanto outros bem menores (como São Paulo) e muito populosos se tornam insignificantes na visualização do fenômeno eleitoral.

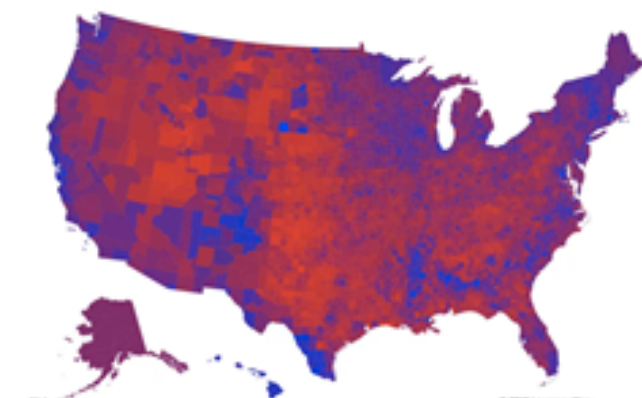
Nos Estados Unidos, ganhou notoriedade o artigo de Rutchick, Smyth e Konrath (2009), que criticou o uso constante de mapas eleitorais com cores azul (Democratas) e vermelho (Republicanos) e seu efeito na percepção política de grupos sobre Estados americanos, “exacerbando percepções de polarização” (RUTCHICK; SMYTH; KONRATH, 2009, p. 270). Nos EUA, é comum dizer “Texas é um Estado vermelho [Republicano]” ou “Califórnia é um Estado azul [Democrata]”, algo reforçado a cada eleição com o mapeamento coroplético em escala estadual (Figura 3). A proposta dos autores era fazer um mapa diferente, em escala de roxo, transformando a assimilação do cidadão sobre a situação eleitoral do país. Essa proposta ganhou enorme repercussão nos EUA, com outras propostas similares até mesmo em páginas virtuais não acadêmicas (Figura 4).

Figura 3 – Exemplo de mapa coroplético em escala estadual das eleições nos EUA.



Fonte: <https://medium.com/matter/the-trouble-with-the-purple-election-map-31e6cb9f1827>

Figura 4 – Mapa em escala de roxo.



Fonte: <https://medium.com/matter/the-trouble-with-the-purple-election-map-31e6cb9f1827>

O espaço enquanto efeito contextual e seu uso estratégico por candidatos e partidos

A Tabela I demonstrou a escassez de pesquisas no Brasil em geografia eleitoral como efeito contextual, isto é, o espaço geográfico como fator explicativo do voto. Porém, na literatura estrangeira, distintas obras buscaram demonstrar como o espaço é um elemento-chave para compreender a eleição não como palco, mas como condicionante. Além do trabalho seminal já citado de André Siegfried, é preciso referenciar outros dois responsáveis pela fertilização do campo, com construções teóricas que são até hoje utilizadas, seja para questioná-las ou para corroborar seus achados.

Valdimer Orlando Key Júnior (1949) pode ser entendido como o precursor das principais contribuições geográficas para a análise eleitoral. Sua pesquisa no Sul dos EUA demonstrou que os votos recebidos pelos candidatos dependiam de onde moravam, registrando maior apoio em seus locais de origem, o que o autor denominou como *efeito amigos e vizinhos*. Key afirmou que o localismo, isto é, a identificação espacial entre eleitor e candidato, seria um fator importante no voto, sobrepondo-se até mesmo às diferenças ideológicas e partidárias. Mesmo em contextos atuais de alta polarização e nacionalização das eleições, pesquisa recente reforça a importância das raízes locais na escolha do eleitor (MUNIS, 2021).

Desde o trabalho pioneiro de Key (1949) o papel do localismo no voto vem sendo discutido para corroborar, divergir ou torná-lo ainda mais complexo. O enfoque posterior esteve e está em demonstrar que essa influência não seria fruto de uma simples identificação geográfica. Outros fatores foram acionados e buscaram explicar o localismo, como as redes de apoio que o candidato recebe em certos locais e não em outros, como representantes locais (prefeitos, vereadores, presidentes de associações de moradores, etc.) (AUDEMARD; GOUARD, 2020), a seletividade espacial das notícias para as candidaturas (BOWLER *et al.*, 1993) e a prevalência de campanha política em *posters* em bairros e janelas das casas e o impacto da paisagem na percepção e no voto (HUCKFELDT; SPRAGUE, 1987).

Além disso, a teoria “amigos e vizinhos” foi avaliada em diferentes contextos espaciais. Em Lewis-Back e Rice (1983), revelou-se que o efeito ocorre em Estados com menor população. Já Put, Schoultz e Isotalo (2020) apontam que, na Finlândia, os padrões espaciais de voto de “amigos e vizinhos” tendem a ser maiores em candidatos oriundos de zonas rurais do que nas áreas urbanas. No caso do Reino Unido, Collignon e Sajuria (2018) buscaram os impactos do regionalismo no voto, revelando como há uma forte relação entre regiões com forte identidade regional e o voto amigo e vizinho.

No Brasil, esse efeito é pouquíssimo explorado. Em 2014, nas eleições presidenciais disputadas por Dilma e Aécio, a derrota deste último em seu próprio Estado natal foi utilizada na campanha de 2º turno, em *slogans* que diziam “quem conhece Aécio, não vota em Aécio” (ZOLNERKEVIC; FERNANDES, 2016). Os autores demonstraram que esse *slogan* não fazia sentido em análises mais profundas, pois Aécio teria conseguido porcentagem de voto maior do que candidatos anteriores do PSDB em Minas, e concentração de votos na área central, próxima da capital Belo Horizonte. Porém, como o mapa produzido demonstrou, sua derrota esteve concentrada nas regiões mais pobres do Estado. A análise dos autores a partir de regressão

estatística demonstrou que o efeito “amigos e vizinhos” para o candidato do PSDB foi anulado nas áreas com maior recebimento de programas sociais como o Bolsa Família, convertendo os votos para a do PT.

Uma importante derivação dessa teoria é aquela debatida por Cox (1969). Seu trabalho já pode ser enquadrado na categoria de “citações imortais” (PATTIE, 1998). Marco da geografia eleitoral na revolução quantitativa, Cox (1969) parte da teoria da comunicação e do fluxo de informação, concebendo os eleitores como componentes dentro de uma rede por onde passam informações políticas, e desenvolve o conceito de *efeito vizinhança*. Eles seriam, ao mesmo tempo, nós (recebe, envia e processa informação nas conversas e interações) e *links* (atuando em instituições, como partidos, mídia etc.), conformando a rede. A chance dessas comunicações lograrem depende de vários fatores (*bias*), inclusive da distância de moradia entre os nós, que influenciaria na *difusão espacial* da informação (conceito caro das análises espaciais, especialmente sob influência do geógrafo sueco Torsten Hagerstrand).

O localismo é, portanto, articulado sob o conceito de contexto, que seria responsável pela propagação das informações sobre os candidatos, alterando diariamente o que chega ao eleitor e influenciando a sua opinião e o seu voto. Gimpel *et al.* (2008) confirmaram que há relação direta entre aumento da distância do local de residência de um candidato e a quantidade de votos que recebia nos Estados Unidos. Para o caso finlandês, autores apontaram que a distância de moradia dos candidatos influencia diretamente na distribuição dos votos dentro do Partido (PUT; SCHOULTZ; ISOTALO, 2020).

Uma interessante pesquisa revelou que, quando migram, as pessoas, quando podem, tendem a escolher a nova vizinhança levando em consideração a proximidade político-ideológica (GIMPEL; HUI, 2015). Em Rohla *et al.* (2018), a polarização recente na política estadunidense é analisada a partir da polarização geográfica, isto é, bairros se tornaram mais homogêneos em seus adeptos partidários ao longo dos anos devido a uma fuga de moradores de áreas onde se sentiam minoritários.

Um dos poucos trabalhos no Brasil que avaliam essa teoria é o de Baker, Ames e Rennó (2006) e Zolnerkevic (2019). Um dos achados desses autores é que os respondentes que residem em bairros heterogêneos com relação às opiniões políticas tendem a ser mais voláteis nos seus apoios eleitorais ao longo do tempo do que aqueles de bairros onde há maior homogeneidade. Mais ainda, o estudo mostra que a maioria dos entrevistados tem consciência se a sua opinião política é parecida ou não à majoritária do seu contexto de vizinhança.

Nota-se que a geografia eleitoral como contexto revela que o voto não é fruto de uma simples decisão racional individual do eleitor, mas é balizada por condições socioespaciais específicas. Além da localização de moradia, da distância e do efeito vizinhança, outras pesquisas apontam também a relação entre tamanho territorial e demográfico com abstencionismo e disputas intra- e interpartidárias. Em Azevedo e Meireles (2021), revelou-se que há uma forte correlação entre tamanho do território e a participação eleitoral dos cidadãos na primeira eleição de nível local na Costa Rica em 2016. Em Voda *et al.* (2017), os autores apontam que na República Tcheca (atual Tchêquia) o tamanho do eleitorado e sua distribuição espacial influenciam de modo inversamente proporcional à participação eleitoral. Em Vallbé e Ferran (2017), a conclusão é que

há uma correlação negativa entre participação política e o aumento do tamanho demográfico e o nível de mobilidade populacional. Essa discussão oxigena reflexões filosóficas históricas sobre relação entre democracia e tamanho, que remonta desde às discussões na Grécia antiga (em Platão), passando pelo Iluminismo (ver Rousseau e Montesquieu) e chegando a autores mais contemporâneos, como Robert Dahl e Edward Tufte (DAHL; TUFTE, 1973).

Outro ponto importante é compreender as diferenciações espaciais produzidas por políticas públicas e seu impacto no voto, o que Pattie e Johnston (2014) denominaram como “*valence politics*”. A essência dessa discussão é perceber que o eleitor médio vota não somente por ideologia ou lealdade a um partido, mas sim a partir de uma percepção sobre a melhoria imediata de sua vida. A discussão sobre *valence politics* concebe o voto como volátil e raramente plenamente leal a um partido/ideologia. Isso significa, portanto, que o resultado de uma política pública importa e pode transformar a geografia do voto, isto é, esse voto econômico tem implicações geográficas, visto que as performances econômicas variam de lugar para lugar. O caso já citado do Bolsa Família no Brasil ou a vitória de Trump em 2016 em Estados antes considerados democratas, especialmente na região do “*rust belt*”, ou o cinturão da ferrugem, são salutares.⁷

Por fim, um campo fértil para análises eleitorais é focar-se nas estratégias espaciais que candidatos e partidos promovem para vencer eleições.⁸ Nessa perspectiva, os partidos e os candidatos são atores políticos que buscam maximizar suas votações, inclusive racionalizando o espaço. Silotto (2019) explicou como o voto é delimitado regionalmente entre candidatos para contornar a competição intrapartidária. Segundo o autor, os partidos políticos funcionam como *gatekeepers* (“porteiros”) que selecionam os candidatos a partir, por exemplo, de uma análise regional. Essa regionalização do voto diz respeito, por exemplo, às estratégias de campanhas eleitorais geograficamente delimitadas. É o espaço geográfico sendo racionalizado e utilizado estrategicamente no fenômeno eleitoral.

Considerações finais

O artigo teve como objetivo analisar a produção nacional e internacional em geografia eleitoral a partir de duas importantes bases de dados, revelando as características e lacunas existentes nas pesquisas brasileiras. A revisão narrativa revelou uma quase ausência de geógrafos dentro dessa temática, com crescimento de atuação de cientistas políticos, economistas e administradores. Se, por um lado, não se defende aqui um monopólio acadêmico do geógrafo sobre o tema, por outro, deveria causar certo incômodo a sua ausência. Isso significa dizer que há um amplo terreno de atuação para geógrafos, aumentando tanto seu escopo acadêmico quanto sua atuação profissional, já que há demanda por consultorias e cursos diversos que buscam compreender o voto no país.

7 Cabe citar a obra de Enos (2019), *Space between us*, como um marco contemporâneo dos estudos espaciais sobre o voto, já que sua longa pesquisa avalia como a organização espacial de grupos sociais – em especial os atributos de tamanho, proximidade e segregação – influenciam na participação eleitoral e nas escolhas dos candidatos e partidos.

8 Apesar de não ser oriundo dessa revisão narrativa, o artigo de Braga (2013) é um interessante exemplo, já que analisa as estratégias eleitorais de candidatos da Igreja Universal do Reino de Deus.

Revelou-se que na história da geografia eleitoral predominou-se um dilema sobre o papel desempenhado pelo espaço na conformação do comportamento eleitoral: se é apenas um palco em que se encontram características sociais, como classe, e, por isso, não poderia ser considerado um fator explicativo (composicional), ou se a geografia pode realmente ser um componente condicionante (contextual). A revisão narrativa permitiu pensar uma geografia eleitoral para além desse impasse, já que, a depender do interesse do pesquisador, ambas são fundamentais para compreender o fenômeno, seja em buscar correlações a partir de técnicas geoestatísticas e cartográficas – o que foi denominado como geografia eleitoral fraca – seja traçando explicações de possíveis causalidades – a geografia eleitoral forte. A análise demonstrou a lacuna existente na produção brasileira, em especial no efeito contextual do espaço geográfico.

Urge que pensemos o que precisa mudar para melhorar as condições profissionais e fomentar a inserção de geógrafos no campo, já que apenas falta de interesse parece um fator pouco explicativo. Sem dúvida, o afastamento dos estudantes em relação às metodologias quantitativas pode ser uma dessas razões, já que correlações, regressões e geoestatísticas são peças-chave nos estudos eleitorais. Além disso, é necessária uma aproximação maior com a ciência política – campo onde há maior interesse e contribuição sobre o tema – para que aprofundamentos teórico-conceituais encorajem pesquisas na área. Análises futuras serão realizadas para compreender melhor esse distanciamento.

O artigo buscou demonstrar a riqueza da geografia eleitoral. Novos temas surgem constantemente e necessitam de pesquisadores atentos a essas mudanças, como o impacto das redes sociais nas campanhas, nos padrões espaciais de voto e nas novas discussões sobre representação e partido político. As potencialidades são grandes, como também é o desejo de reafirmar a importância do papel do geógrafo na compreensão de fenômenos relevantes para o cotidiano do cidadão.

Referências

- AGNEW, J. Mapping politics: How context counts in electoral geography. **Political Geography**, v. 15, n. 2, p. 129–146, 1996.
- AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P. F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 107-123, 2015.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Publication manual of the American Psychological Association**. 7. ed. Washington: APA, 2020.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AMORIM NETO, O.; CORTEZ, B.; PESSOA, S.A. Redesenhando o mapa eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política instrumental. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 45-75, 2011.
- ANTONSICH, M.; JONES, P. Mapping the Swiss referendum on the minaret ban. **Political Geography**, v. 29, p. 57-62, 2010.

- ARRINGTON, T.S.; INGALLS, G.L. The limited vote alternative to affirmative districting. **Political Geography**, n. 17, p. 701–28, 1998.
- ARZHEIMER, K.; EVANS, J. Geolocation and voting: candidate-voter distance effects on party choice in the 2010 UK general election in England. **Political Geography**, v. 31, p. 301-310, 2012.
- AUDEMARD, J.; GOUARD, D. Friends, neighbors, and sponsors in the 2016 French primary election. Revisiting a classical hypothesis from aggregated-level data. **Political Geography**, v. 83, p. 1-15, 2020.
- AVELAR, L.; WALTER, I. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 96-122, 2008.
- AZEVEDO, D. A. Escala e escala política: como a Geografia pode apontar a fragilidade na teoria da democracia participativa. **Revista Espaço e Geografia (UnB)**, v. 23, p. 149-184, 2020.
- AZEVEDO, D. A.; MEIRELES, B. L. Territorial and Electorate Size Influence: Participation/Competitiveness in Costa Rica's 2016 Local Scale Elections. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 30, n. 1, p. 25–44, 2021.
- AZEVEDO, D. A.; URIAS, G.; OLIVEIRA, L. L. A revisão de literatura como método de pesquisa na geografia: uma scoping review. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 109, p. 65-88, 2023.
- BAETHGE, C.; GOLDBECK-WOOD, S.; MERTENS, S. SANRA—a scale for the quality assessment of narrative review articles. **Research Integrity and Peer Review**, v. 4, n. 5, p. 1-7, 2019.
- BAKER, A.; AMES, B.; RENNO, L. Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 2, p. 382–399, 2006.
- BARNETT, C.; MURRAY, L. **Electoral Geography in Electoral Studies**: Putting Voters in their Place. London: SAGE Publications, 2004.
- BRAGA, D. F. Geografia eleitoral e as estratégias territoriais da Igreja Universal do Reino de Deus. *In*: CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. **Espaços da democracia**: para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 147-182.
- BRENNETOT, A. Por uma geografia política construtivista. *In*: AZEVEDO, D. A.; CASTRO, I. E.; RIBEIRO, R. W. **Os desafios e novos debates na Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2021. p. 197-205.
- BORGES, A.; PAULA, C.; SILVA, A. N. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 31-58, 2016.

- BOWLER, S.; DONOVAN, T.; SNIPP, J. Local sources of information and voter choice in state elections: Microlevel foundations of the friends and neighbors effect. **American Politics Quarterly**, v. 21, n. 4, p. 473-489, 1993.
- CARLSON, C.; GIMPEL, J. G. Political implications of residential mobility and stasis on the partisan balance of locales. **Political Geography**, v. 71, p. 103-114, 2019.
- CARVALHO, N. R. **E no início eram as bases**. São Paulo: Editora Ravan, 2003.
- CARVALHO, N. R. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrôpoles**, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2009.
- CARVALHO, D.; SANTOS, G. F. Ciclos políticos, socioeconomia e a geografia eleitoral do estado da Bahia nas eleições de 2006. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 109-135, 2015.
- CASTRO, I. E. Imaginário político e território. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-196.
- CASTRO, I. E. Décentralisation, démocratie et représentation législative locale au Brésil. **L'Espace Politique**, v. 3, p. 60-73, 2007.
- CERVAS, J.; GROFMAN, B. Tools for identifying partisan gerrymandering with an application to congressional districting in Pennsylvania. **Political Geography**, v. 76, e102069, 2020.
- CERVI, E. U. Análisis espacial del desempeño electoral de PT y PSDB entre 1994 y 2014 en Brasil. **América Latina Hoy**, n. 75, p. 55-74, 2017.
- COLLIGNON, S.; SAJURIA, J. Local means local, does it? Regional identification and preferences for local candidates. **Electoral Studies**, v. 56, p. 170-178, 2018.
- COLLYER, M. Inside out? Directly elected 'special representation' of emigrants in national legislatures and the role of popular sovereignty. **Political Geography**, v. 41, p. 64-73, 2014.
- COX, K. The voting decision in a spatial context. **Progress in Geography**, v. 1, p. 83-117, 1969.
- ÇARKOGLU, A.; AKSEN, D. Partisan and apportionment bias in creating a predominant party system. **Political Geography**, v. 69, p. 43-53, 2019.
- DAHL, R.; TUFTE, E. R. **Size and democracy**. Califórnia: Stanford University Press, 1973.
- DUNCAN, C. J. Ethnicity, election and emergency – The 1987 Fiji general election in the context of contemporary political-geography. **Political Geography Quarterly**, v. 10, p. 221-239, 1991.
- ENOS, R. D. **The space between us: social geography and politics**. Cambridge University Press, 2019.

- EVANS, J.; ARZHEIMER, K.; CAMPBELL, R.; COWLEY, P. Candidate localness and voter choice in the 2015 General Election in England. **Political Geography**, v. 59, p. 61-71, 2017.
- FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 101-124, 2018.
- FERNANDES, I. F. A. L.; FERNANDES, G. A. A. L. Economic voting in Brazilian presidential elections: evidence with panel data from municipalities in Sao Paulo. **Organizações e Sociedade**, v. 26, n. 88, p. 114-137, 2019.
- FLINT, C. A TimeSpace for electoral geography: Economic restructuring, political agency and the rise of the Nazi party. **Political Geography**, v. 20, p. 301-329, 2001.
- FLINT, C.; TAYLOR, P. **Political geography: world-economy, nation-state and locality**. Routledge: London, 1980.
- FOREST, B. Redistricting and the elusive ideals of representation. **Political Geography**, v. 32, p. 15-17, 2013.
- FOREST, B. Electoral geography: From mapping votes to representing power. **Geography Compass**, v. 12, n. 1, 2018.
- FURLONG, J. The changing electoral geography of England and Wales: varieties of “left-behindedness”. **Political Geography**, v. 75, p. 150-162, 2019.
- GIMPEL, J.; KARNES, K.; MCTAGUE, J.; PEARSON-MERKOWITZ, S. Distance-decay in the political geography of friends-and-neighbors voting. **Political Geography**, v. 27, n. 2, p. 231-252, 2008.
- GIMPEL, J.; HUI, I. Seeking politically compatible neighbors? The role of neighborhood partisan composition in residential sorting. **Political Geography**, v. 48, p. 130-142, 2015.
- GIMPEL, J.; LEE, F. E.; THORPE, R. U. The wellsprings of candidate emergence: geographic origins of statewide candidacies in the United States. **Political Geography**, v. 30, p. 25-37, 2011.
- GOMES, P. C. C. **Quadros geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- GÓRECKI, M. A.; MARSH, M. A decline of ‘friends and neighbours voting’ in Ireland? Local candidate effects in the 2011 Irish ‘earthquake election’. **Political Geography**, v. 41, p. 11-20, 2014.
- HUCKFELDT, R.; SPRAGUE, J. Networks in context: The social flow of political information. **American Political Science Review**, v. 81, n. 4, p. 1197-1216, 1987.
- IGLESIAS-PASCUAL, R.; PALOMA, V.; BENÍTEZ, I. The role of contextual factors in the electoral resurgence of extreme right-wing forces in Spain: the case of Andalusia. **Political Geography**, v. 86, p. 1-9, 2021.

- JOHNSTON, R. Manipulating maps and winning elections: Measuring the impact of malapportionment and gerrymandering. **Political Geography**, v. 21, n. 1, p. 1–31, 2002.
- JOHNSTON, R.; WICKHAM-JONES, M.; PATTIE, C.; CUTTS, D.; PEMBERTON, H. Friends and neighbours voting revisited: the geography of support for candidates to lead the UK's Labour party. **Political Geography**, v. 55, p. 1-9, 2016.
- JUNCKES, I. J., SILVA JÚNIOR, W., SILVA, J. M., & SILVA, E. A. Representação espacial de dados eleitorais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 29, p. 2–22, 2021.
- KANG, W. C. Presidential pork barrel politics with polarized voters. **Political Geography**, v. 67, p. 12-22, 2018.
- KEY JÚNIOR, V. O. **Southern politics in state and nation**. New York: Alfred A. Knopf, 1949.
- KERBAUY, M. T. M. Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 477-492, 2011.
- KING, G. Why context should not count. **Political Geography**, v. 15, n. 2, p. 159-164, 1996.
- LAPPIE, J.; MARSCHALL, M. Place and participation in local elections. **Political Geography**, v. 64, p. 33-42, 2018.
- LEIB, J.; QUINTON, N. On the Shores of the “Moribund Backwater”? Trends in Electoral Geography Research Since 1990. *In*: WARF, B.; LEIB, J. **Revitalizing electoral geography**. Reino Unido: Ashgate, British Library Cataloguing in Publication Data, 2011. p. 9-30.
- LEWIS-BACK, M. S.; RICE, T. W. Localism in presidential elections: the home state advantage. **American Journal of Political Science**, v. 27, n. 3, 1983.
- LUZARDO, A. J. R.; CASTAÑEDA FILHO, R. M.; RUBIM, I. B. Análise espacial exploratório com o emprego do Índice de Moran. **GEOgraphia**, v. 40, n. 19, p. 161-179, 2017.
- MACIEL, N.; VENTURA, T. A Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014). **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 96-125, 2017.
- MADEIRA, P.M. F.; SILVA, K. S. N.; MALHEIROS, J. S. M. A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente. **Caderno Metrôpoles**, v. 23, n. 51, p. 469-498, 2021.
- MAGAR, E.; TRELLES, A.; ALTMAN, M.; MCDONALD, M. P. Components of partisan bias originating from single-member districts in multi-party systems: an application to Mexico. **Political Geography**, v. 57, p. 1-12, 2017.
- MARZAGÃO, T. A dimensão geográfica das eleições brasileiras. **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 270-290, 2013.

- MATOS, A.; MARCELO, M.; ALVES, E.; FERNANDO, S.; DIAS, M. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. **Opinião Pública**, p. 535-573, 2015.
- MAYHEW, D. **Congress**: the electoral connection. London: Yale University Press, 1974.
- MENEGUELLO, R.; BIZARRO NETO, F. Contexto e competição na política paulista. **Revista Dados**, v. 55, n. 1, p. 119-171, 2012.
- MUIR, R. **Modern political geography**. London: Macmillan, 1975.
- MUNIS, K. B. Place, candidate roots, and voter preferences in an age of partisan polarization: Observational and experimental evidence. **Political Geography**, v. 85, p. 1-12, 2021.
- NICOLAU, J. **Sistemas eleitorais**. São Paulo: FGV Editora, 2004.
- NICOLAU, J. **Representantes de quem?** São Paulo: FGV Editora, 2017.
- NOORD, J.; KOSTER, W.; WAAL, J. Order please! How cultural framing shapes the impact of neighborhood disorder on law-and-order voting. **Political Geography**, v. 64, p. 73-82, 2018.
- PATTIE, C. Classics um human geography revisited. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 3, p. 407-413, 1998.
- PATTIE, C.; JOHNSTON. Still talking, but is anybody listening? The changing face of constituency campaigning in Britain, 1997–2005. **Party Politics**, v. 15, p. 411–434, 2009.
- PATTISON, W. D. The four traditions of Geography. In: MOSELEY, W. G.; LANEGRAN, A.; PANDIT, K. **The Introductory Reader in Human Geography**. Hoboken: Wiley Blackwell Publishing, 2007. p. 16-21.
- PRESCOTT, J. R. V. **Political geography**. London: Methuen. 1972.
- PUT, G.; SCHOULTZ, A.; ISOTALO, V. Fighting over friends and neighbors: the effect of inter-candidate geographic distance on intra-party competition. **Political Geography**, v. 81, p. 1-12, 2020.
- RASMUSSEN, C.E. We're no metrosexuals: Identity, place and sexuality in the struggle over gay marriage. **Social & Cultural Geography**, v. 7, p. 807–825, 2006.
- ROBINSON, T.; NORIEGA, S. Voter migration as a source of electoral change in the Rocky Mountain West. **Political Geography**, v. 29, p. 28-39, 2010.
- ROCHA, C. “Conexão Eleitoral”, geografia do voto e produção legislativa: um estudo de caso. **Cadernos Metrôpoles**, v. 23, n. 51, p. 581-604, 2021.
- RODRIGUES, R. S.; TERRON, S.; SONNLEITNER, W. Política, espacialidad y territorialidad. Hacia un análisis espacial de los procesos socio-políticos em América Latina. **América Latina Hoy**, v. 75, p. 11-20, 2017.

- ROHLA, R.; JOHNSTON, R.; JONES, K.; MANLEY, D. Spatial scale and the geographical polarization of the American electorate. **Political Geography**, v. 65, p. 117-122, 2018.
- RUTCHICK, A. M.; SMYTH, J. M.; KONRATH, S. Seeing red (and blue): effects of electoral college depictions on political group perception. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, v. 9, n. 1, p. 269-282, 2009.
- SANCHES, D. C. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, p. 514-534, 2015.
- SCALA, D. J.; JOHNSON, K. M.; ROGERS, L. T. Red rural, blue rural? Presidential voting patterns in a changing rural America. **Political Geography**, v. 48, p. 108-118, 2015.
- SHARP, J.; CUMBERS, A.; PAINTER, J.; WOOD, N. Deciding whose future? Challenges and opportunities of the Scottish Independence referendum 2014 for Scotland and beyond. **Political Geography**, v. 41, p. 32-42, 2014.
- SHIN, M. Electoral geography in the twenty-first century. *In*: AGNEW, J.; MAMADOUH, V.; SECOR, A.; SHARP, J. (ed.). **The Wiley Blackwell Companion to Political Geography**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015. p. 362-379.
- SIEGFRIED, A. **Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République**. Bruxelles: Université de Bruxelles, 2010 [1913].
- SIMONI JÚNIOR, S. Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa Família nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 230-260, 2021.
- SILOTTO, G. A relevância regional nas estratégias partidárias: evidências das listas de candidatos de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 69, p. 1-17, 2019.
- SILVA, M.; SANTOS, P.; SILVA, L. Do Leme a Santa Cruz: A territorialização eleitoral de Jair Bolsonaro no município do Rio de Janeiro. **Opinião Pública**, v. 28, n. 1, p. 92-125, 2022.
- SILVA, G. P.; SILOTTO, G. Preparing the terrain: conditioning factors for the regionalization of the vote for federal deputy in Sao Paulo. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 2, p. 1-34, 2018.
- SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2008.
- TERRON, L.; SOARES, A. D. G. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 15-45, 2010.
- VALLBÉ, J.; FERRAN, M. J. The Road Not Taken. Effects of residential mobility on local electoral turnout. **Political Geography**, v. 60, p. 86-99, 2017.
- VICTORINO, A. P.; SOUZA, C. A. S. Determinantes do comportamento eleitoral nas eleições legislativas em Moçambique 1994-2014. **Revista Política, Globalidad y Ciudadania**, v. 2, n. 4, p. 19-42, 2016.

- VODA, P.; PETRA S.; ANDREA S.; STANISLAV, B. Local and More Local: Impact of Size and Organization Type of Settlements Units on Candidacy. **Political Geography**, v. 59, p. 24-35, 2017.
- WARF, B.; LEIB, J. **Revitalizing electoral geography**. Londres: Routledge, 2011.
- WEBSTER, G. R.; QUINTON, N. The electoral geographies of two segregationist (“Jim Crow”) referenda in Alabama. **Political Geography**, v. 29, p. 370-380, 2010.
- WOOLSTENCROFT, R. P. Electoral Geography: Retrospect and Prospect. **International Political Science Review**, v. 1, n. 4, p. 540-560, 1980.
- WORTHEN, H. M. Rights to the rescue? The promotion of Indigenous women’s political-electoral rights and the rise of the Mexican security state. **Political Geography**, v. 85, p. 1-11, 2021.
- ZOLNERKEVIC, A. Contexto social de vizinhança: percepções políticas na cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 29, p. 189–222, 2019.
- ZOLNERKEVIC, A.; FERNANDES, H. C. Efeito contextual de “amigos e vizinhos” nas eleições presidenciais brasileiras: o caso da votação do candidato Aécio Neves no estado de Minas Gerais. **Em Tese**, v. 13, p. 83, 2016.
- ZOLNERKEVIC, A.; RAFFO, J. G. Geografia eleitoral: representação espacial da volatilidade do voto. **Geosp**, v. 17, n. 1, p. 221-228, 2013.

Editor do artigo:

Ricardo Mendes Antas Jr.

Declaração de financiamento:

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, na Demanda Universal 2021, no processo n.407406/2021-2.

Recebido em: 22/11/2022
Aprovado em: 31/05/2023